

## RELATÓRIO FINAL

O CONSELHO DE DISCIPLINA DA UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA/ FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO, por delegação da Autoridade Antidopagem de Portugal (adiante ADoP) – cfr. artigo 59.º, n.º 1, da Lei n.º 38/2012, alterada e republicada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto – instaurou o presente processo disciplinar contra o ciclista filiado xxxxxx, titular da licença nacional n.º xxxxxx, a fim de se apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo antidopagem positivo em competição, realizado no dia xxxxxx, com o nome de código “AGRADAR”, no qual acusou a presença da substância proibida *Clenbuterol* (pertencente à classe S.1.2. – Outros agentes anabolisantes - da Portaria n.º 381/2017, de 19 de dezembro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos).

### I. RELATÓRIO DE TRAMITAÇÃO

No âmbito da realização de inquérito prévio, na sequência do controlo antidopagem supra identificado, a ADoP recolheu os seguintes elementos probatórios:

1. Comunicação escrita feita pela UVP-FPC ao atleta, informando-o do resultado positivo da amostra A e da possibilidade de ser requerida a contraanálise (v. fls. 5 a 7);
2. Relatório de Ensaio da análise à amostra A (v. fls. 3);
3. Formulário de Controlo Antidopagem (v. fls. 4); e,
4. Resposta do arguido, informando que prescindia da realização da contraanálise (v. fls. 24).

O processo disciplinar foi, assim, instaurado no dia 18 de setembro de 2018 (v. fls. 1) e, neste âmbito, foi efetuado o presente inquérito, durante o qual foram realizadas as seguintes diligências de instrução:

1. Foi junta ao processo a ficha de inscrição do atleta (v. fls. 8);
2. Foi enviado ao arguido, e este recebeu, o despacho de abertura do processo disciplinar (v. fls. 9 a 10);
3. Foi remetida ao arguido, e este recebeu, a acusação e a notificação com o agendamento da inquirição, sendo-lhe concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesas (v. fls. 12 a 17);
4. Foi enviado ao arguido, e este recebeu, o Despacho do Presidente do Conselho de Disciplina da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo, no qual é aceite a renúncia do instrutor Tito Crespo e nomeada a presente instrutora (v. fls. 18 a 21); e,
5. Foram tomadas declarações ao arguido (v. fls. 25 a 27).

O arguido não constituiu mandatário e não respondeu por escrito à acusação. Contudo, na data designada para a sua inquirição, compareceu e manifestou vontade de prestar declarações, tendo solicitado a junção de elementos aos autos (v. fls. 21, 22 e 27).

Importa ainda sublinhar que em nenhum momento do inquérito resultou que a conduta do arguido tenha sido auxiliada, ou de qualquer outra forma comparticipada, por elementos do pessoal de apoio ao praticante desportivo, motivo pelo qual não houve outros acusados (conforme resulta do disposto no artigo 58.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação dada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto).

Inexistem, assim, quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer e os elementos constantes do processo disciplinar são, a nosso ver, suficientes para tomar uma decisão. Pelo que, concluída a instrução, cabe elaborar este Relatório Final de inquérito, que acompanhará o processo e se destina a facilitar a tomada de decisão pelo Conselho de Disciplina da UVP-FPC.

## **II. FUNDAMENTAÇÃO**

Importa, nesta sede, explanar e analisar criticamente toda a prova realizada durante o inquérito, bem como a defesa apresentada pelo arguido, a fim de determinar quais os

factos que se devem considerar provados e quais os factos que se devem considerar não provados.

Apurados os factos provados, verificar-se-á se os mesmos se subsumem, ou não, às normas legais e regulamentares aplicáveis, concluindo-se enfim pela condenação ou, inversamente, pela absolvição do arguido.

**i) DA PROVA REALIZADA**

Como acima se disse, o arguido está acusado da prática de um ato de dopagem, por ter sido detetada no líquido orgânico que lhe foi recolhido pela ADoP a presença de uma substância proibida. Tal circunstância constitui, sem mais, uma violação ao artigo 3.º, n.º2, al. a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto [artigo 8.º, n.º1, al. a) do Regulamento Antidopagem da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo] e, consequentemente, consubstancia a prática de um ilícito disciplinar, nos termos do disposto no artigo 56.º, n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto.

A acusação fundou-se no relatório de ensaio da amostra n.º A4294272, realizado no UGENT – DOCoLAB – DEPARTMENT OF CLINICAL CHEMISTRY, MICROBIOLOGY AND IMMUNOLOGY, no qual foi detetada na amostra a presença da substância *Clenbuterol*, pertencente à classe S.1.2. – Outros agentes anabolisantes - da Portaria n.º 381/2017, de 19 de dezembro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos.

Notificado do resultado adverso da análise, bem como da faculdade de requerer a realização de contraanálise, o arguido prescindiu de o fazer (cfr. e-mail de fls. 24), pelo que a análise da amostra B não foi efetuada.

Apesar de não ter apresentado defesa escrita, o arguido prestou declarações em sede de inquirição verbal e presencial, as quais foram reduzidas a Auto, com o seguinte teor essencial: "(...)"

1. Questionado se em 2018 se filiou na FPC, respondeu que sim.
2. Perguntado se participou na prova xxxxxxxxx, que teve lugar no dia xxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxx, respondeu que sim.
3. Inquirido se no final da prova foi submetido a um controlo antidopagem realizado pela ADoP, respondeu que sim.
4. Perguntado se no controlo antidopagem houve alguma coisa digna de registo por fugir às práticas normais/padrões, respondeu que não.
5. Confrontado o declarante com o documento de fls. 4 (Formulário do Controlo Antidopagem) e perguntado se a assinatura ali constante lhe pertence, respondeu que sim.



6. Perguntado a que é que atribui o resultado positivo da análise, que acusou a presença da substância proibida Clenbuterol no seu organismo, respondeu que tem um problema de asma crónica e encontra-se medicado com Ventilan inalador (salbutamol), que toma em S.O.S., e ainda com Acetilcisteína 600mg, os quais tomou no dia anterior e no dia da prova. Refere que o fez porque o local onde a prova se realizou tem condições climatéricas que agravam o seu estado de saúde, e então terá sido por isso que acusou positivo para estas substâncias.
7. Confrontado com o facto de os medicamentos Ventilan inalador (salbutamol) e Acetilcisteína 600mg não conterem Clenbuterol, respondeu que não faz ideia do que pode ser, uma vez que não faz mais medicação para além desta. Refere que por esse motivo, estranhou ter acusado a presença da substância Clenbuterol em vez de Salbutamol, uma vez que esta última substância é que consta de um dos medicamentos, designadamente do Ventilan.
8. Questionado se agora que sabe que o dito medicamento contém uma substância proibida fez alguma coisa, respondeu que, como não estava à espera de acusar positivo no controlo efetuado pela ADoP, contactou o seu médico, para questionar se tal resultado poderia ter decorrido da bomba inaladora que tomava para a asma (Ventilan), tendo na sequência desse contacto obtido declaração médica a justificar a toma dos medicamentos Ventilan inalador (salbutamol) e Acetilcisteína 600mg. Acrescentou ainda que foi ao site da ADoP pesquisar a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos, na qual viu que o Salbutamol apenas era proibido acima de certas quantidades, as quais refere apenas serem atingíveis com três bombadas de inalação, declarando que apenas faz duas bombadas de cada vez.
9. Perguntado porque motivo não indicou os referidos medicamentos no campo "Declaração de medicamentos / suplementos" no Formulário de Controlo Antidopagem, respondeu que atendendo à medicação que tomava, e às quantidades em que a administrava, nunca achou que seria necessário indicá-los.
10. Inquirido por que motivo não fez o pedido da Autorização de Utilização Terapêutica antes do controlo positivo, respondeu que não o fez, porque não tinha conhecimento dessa possibilidade.
11. Perguntado se depois deste controlo foi novamente controlado, respondeu que não.
12. Inquirido sobre a sua condição sócio-económica atual, respondeu que trabalha, auferindo uma remuneração mensal de €600, tem dois filhos menores a seu cargo, tendo despesas com o infantário, bem como as restantes despesas habituais de alimentação, vestiário, saúde, e despesas de casa (renda, água, luz, gás), e despesas de deslocação para o trabalho em veículo próprio (que se encontra a pagar em prestações).

Por fim, questionado ao declarante se pretendia fazer mais alguma declaração, respondeu que foi apanhado de surpresa por este processo, tendo ficado bastante desgostoso por ter visto o seu nome associado a uma situação de doping nas redes sociais e revistas desportivas. Refere que o processo lhe causou transtorno porque teve que enfrentar críticas de terceiros, o que o fez sentir-se muito injustiçado, uma vez que no seu entender não se dopou. Acrescentou que o processo teve ainda impacto na sua família, uma vez que o seu sogro, que foi selecionador nacional de ciclismo e treinador, acabou por ser também associado a este processo." – v. fls. 25 a 27.

No final da inquirição, o arguido requereu a junção ao processo do original de declaração médica, passada pelo Dr. Luís Sampaio, na qual são referidos os medicamentos que toma para tratamento da asma, o que se deferiu – v. fls. 28.

Entendendo não existirem quaisquer diligências adicionais para a descoberta da verdade, e tendo o arguido tido oportunidade de deduzir toda a defesa que entendesse, bem como de fazer todos os requerimentos de prova que achasse convenientes, a Instrutora prosseguiu para a elaboração de relatório final.

## **ii) FACTOS PROVADOS E MOTIVAÇÃO**

Os elementos probatórios recolhidos durante o inquérito foram objeto de análise crítica e ponderada, a qual permitiu dar como provados os seguintes factos:

1. O arguido é ciclista amador, pertencente à classe xxxxxx, titular da licença nacional n.º xxxxx, emitida pela UVP-FPC para a época 2018.
2. No dia xxxx, o arguido participou na prova designada "xxxxxxxxx".
3. No final da prova "xxxxxxxxxxxxxxxx", o arguido foi sujeito a um controlo antidopagem realizado pela ADoP, com o nome de código "AGRADAR", durante o qual lhe foi recolhida uma amostra de urina, a qual em seguida foi colocada em dois recipientes autónomos, que foram de imediato fechados, selados e codificados, sob amostra n.ºA4294272 e B4294272.
4. Os recipientes contendo a urina do arguido foram enviados para exame para o LABORATÓRIO DE DOPAGEM DE GENT, DOCOLAB – UGENT, que é acreditado pela Agência Mundial Antidopagem.
5. A análise à amostra n.ºA4294272, realizada no UGENT – DOCOLAB – DEPARTMENT OF CLINICAL CHEMISTRY, MICROBIOLOGY AND IMMUNOLOGY revelou a presença da substância *Clenbuterol* no líquido orgânico recolhido no organismo do Arguido.
6. Notificado do resultado adverso da análise, o arguido prescindiu da contraanálise (análise da amostra B4294272), pelo que a mesma não foi efetuada.
7. Conforme o disposto pelo artigo 37.º, n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto [e pelo artigo 54.º, n.º2 do Regulamento Antidopagem da UVP – Federação Portuguesa

de Ciclismo], em 18 de setembro de 2018 foi determinada a suspensão preventiva do arguido.

8. O arguido sofre de bronquite asmática, encontrando-se medicado com Acetilcisteína 600 mg e Ventilan Inalador em S.O.S.
9. O arguido não endereçou à Comissão de Autorização de Utilização Terapêutica (CAUT) qualquer pedido de Autorização de Utilização Terapêutica.
10. Ao administrar, ou permitir a administração, da substância *Clenbuterol* no seu organismo, o arguido agiu de forma livre e consciente, sem o cuidado necessário para se assegurar de que cumpria o dever de diligência a que estava adstrito e de que era capaz, decorrente do facto de ser ciclista federado e, por isso, estar sujeito às regras (legais e regulamentares) antidopagem.
11. O arguido sabia, ou não podia ignorar, que a substância *Clenbuterol* era proibida e, por isso, que a sua conduta era contrária à Lei e aos Regulamentos.
12. O arguido auferia um salário mensal de €600 e, com essa quantia, tem que fazer face a despesas com o infantário e outras despesas relacionadas com os seus dois filhos menores, despesas de casa (renda, água, luz, gás), e despesas de deslocação para o trabalho em veículo próprio (que se encontra a pagar em prestações).

Os factos dados como provados resultam da conjugação de todo o acervo probatório junto aos autos, conjugados com as regras da experiência comum, interessando destacar os documentos juntos pela ADoP em sede de inquérito prévio (v. fls. 3 a 7, e 24), a comunicação do Arguido prescindindo da contraanálise (v. fls. 24), a ficha de inscrição do atleta na época 2018 (v. fls. 8), o Auto de Declarações do Arguido (v. fls. 25 a 27), e a declaração médica junta aos autos pelo arguido (v. fls. 28).

Mais concretamente, o facto provado 1. resulta provado da ficha de inscrição do atleta na época 2018 (v. fls. 8). Os factos provados 2. e 3 ficam provados pelo Formulário de Controlo, junto a fls. 4, o qual, por lhe merecer concordância, foi assinado pelo próprio arguido, conforme pode ver-se no referido documento e conforme foi ainda referido expressamente pelo próprio aquando a sua inquirição (v. fls. 25, questão 5.). Os factos provados 4. e 5. ficam provados pelo documento de fls. 3, que é o Certificado da Análise realizado pelo UGENT – DOCoLAB e que, nesta parte, consubstancia prova pericial, e não foi sequer fundadamente impugnado pelo arguido, que apenas se



limitou a referir que achou estranho a presença da substância *Clenbuterol* no seu organismo, uma vez que a mesma não consta dos medicamentos que toma. Ora, estando em causa uma prova pericial, emitida por pessoas com conhecimentos técnico-científicos, e imparcialidade face ao presente processo, e que por isso nos merece total credibilidade, a mesma não pode ser posta em causa com base em meras desconfianças levantadas pelo arguido, sem provas que as sustentem. O facto provado 6. fica provado pela comunicação feita pelo arguido e junta aos autos (v. fls. 24); o facto provado 7. fica provado da mera observação do Despacho de Abertura de Processo Disciplinar (v. fls. 1); o facto provado 8. fica provado das declarações do arguido em sede de inquirição, as quais, pela sua espontaneidade, nos mereceram credibilidade (v. fls. 25 a 27), conjugado com o original do relatório médico, assinado pelo Dr. Luis Sampaio, e com aposição da sua vinheta profissional, a qual nos merece total credibilidade, mais ainda porquanto, nos termos do artigo 44.º n.º1, 2 e 3 do Regulamento de Deontologia Médica<sup>1</sup>, o médico que emite tal atestado/declaração está sujeito ao dever de verdade; o facto provado 9. resulta provado da circunstância de, nem o arguido, nem a ADoP, terem trazido qualquer elemento ao processo que permitisse concluir em contrário; os factos provados 10. e 11. ficam provados por confissão do arguido, conjugada com por prova indireta, ou indiciária. De facto, das declarações do arguido em sede de inquirições resulta evidente que o arguido tem conhecimento de que os atletas não podem tomar algumas substâncias, por serem proibidas dentro e fora de competição, uma vez que este refere saber, por ex., que um dos medicamentos que toma contém uma substância proibida que, no entanto, apenas é proibida em certas quantidades. Esta noção, só por si, deveria levar o arguido a verificar tudo o que toma, sob pena de correr elevados riscos de praticar um ato de dopagem. Isto porque o arguido, enquanto ciclista filiado, não pode desconhecer que se encontra sujeito a um conjunto de direitos e deveres, designadamente ao dever de garantir que não entra no seu organismo qualquer substância proibida, o qual, pela seu grau de exigência, apenas se realiza com comportamento rigoroso e altamente diligente (designado de “utmost caution”), pelo qual todos os atletas devem pautar a sua atuação. Ora, apesar do que se disse, o que temos no caso é um atleta que acusou a presença da substância proibida *Clenbuterol* no seu organismo, sem conseguir dar qualquer explicação para esse facto nos presentes autos, limitando-se a referir que os medicamentos que toma contém outras

<sup>1</sup> Regulamento n.º 707/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 139 — 21 de julho de 2016.

substâncias e, portanto, que *estranhou ter acusado a presença da substância Clenbuterol*. Ora, o dever de diligência a que o arguido se encontra sujeito, e de que é capaz, não se realiza com uma tal postura de desconhecimento, nem a mesma pode aceitar-se ou ser suficiente para afastar o resultado de um exame científico, sob pena de com isso se inviabilizar totalmente a luta antidopagem. Na verdade, o mesmo só se realiza com a verificação dos rótulos de todo e qualquer medicamento que se administre, confrontando as substâncias nele constantes com a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos, facilmente acessível a todas as pessoas, na internet, e questionando ainda a ADoP através de um dos meios de comunicação disponíveis (e-mail, Linha Azul, correio postal). Esta é, diga-se, a postura que todos os atletas devem adotar, porquanto todas as outras poderão levá-los a cair, ainda que admitindo-se que sem intenção, numa infração às normas antidopagem. Assim, estando presente no organismo uma substância proibida, cujo modo de entrada no seu organismo o mesmo não sabe explicar, e sem que este refira adotar todos estes cuidados quando decide administrar medicamentos, é por demais evidente que tal resultado apenas pode ter procedido de uma ação livre e conscientemente, sem o cuidado necessário para garantir o cumprimento do dever de diligência a que estava adstrito e de cujo cumprimento era capaz. Ainda em relação à materialidade de índole subjetiva ínsita nos respetivos factos provados, representando o estado psíquico atinente ao preenchimento dos elementos subjetivos do tipo de infração disciplinar em apreço, a sua demonstração decorre *in re ipsa* e, por conseguinte, também da valoração dos elementos probatórios juntos ao processo à luz das regras da experiência comum e da lógica. Na verdade, não sendo possível alcançar prova de que o arguido tenha agido com dolo, por não existirem elementos que permitam sustentar que este agiu com vontade dirigida à prática do ato de dopagem (como vinha indiciado, em sede de acusação), resta-nos concluir pela atuação em violação do dever de cuidado a que estava adstrito e de que era capaz; o facto provado 12. resulta provado das declarações do arguido em sede de inquirição as quais, por respeitarem a matéria estritamente pessoal, não poderão deixar de nos merecer credibilidade.

### **iii) FACTOS NÃO PROVADOS**

Inexistem factos não provados com relevância para a decisão da causa.

### **iv) DO DIREITO**



Apurada a factualidade dada como provada, segue-se a operação de subsunção desses factos às normas legais e regulamentares aplicáveis as quais deverão, portanto, ser enunciadas nesta sede.

Assim:

Nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 2, alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, alterada pela Lei n.º 33/2014, de 16 de junho, e pela Lei n.º 93/2015, de 13 de agosto [artigo 8.º, n.º 1, al. a) do Regulamento Antidopagem da UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo], constitui violação das normas antidopagem por parte dos praticantes desportivos:

*“a) A mera presença de uma substância proibida, dos seus metabolitos ou marcadores, numa amostra A de um praticante desportivo, quando o praticante desportivo prescindir da análise da amostra B e a amostra B não seja analisada, quando a análise da amostra B confirme a presença de uma substância proibida, dos seus metabolitos ou marcadores, encontrada na amostra A ou quando a amostra B seja separada em dois recipientes e a análise do segundo recipiente confirme a presença da substância proibida, dos seus metabolitos ou marcadores, presente no primeiro recipiente;”*

O Clenbuterol é uma substância proibida pertencente à classe S.1.2. da Portaria n.º 381/2017, de 19 de dezembro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos.

Acresce que, nos termos do artigo 5.º da citada Lei e, também, do citado Regulamento, o praticante desportivo tem o dever de assegurar que não introduz ou é introduzida no seu organismo qualquer substância proibida, sendo em consequência responsabilizado por qualquer substância proibida que seja encontrada na amostra que lhe pertença (art.º 6.º, n.º 1, da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto).

Por outro lado, importa reter que nos termos do disposto no artigo 56.º n.º 1 da Lei, a violação do disposto na al. a) do n.º 2 do artigo 3.º da LAD constitui um ilícito disciplinar. E, acrescenta o n.º 3 do mesmo artigo que a negligência é punível.

Posto isto.

Descendo ao caso concreto, a factualidade dada como provada (concretamente os factos provados 2. a 6.) não deixa quaisquer dúvidas quanto à integral verificação dos elementos objetivos do tipo da norma incriminatória.

Por outro lado, quanto ao elemento subjetivo da norma, cabe em primeiro lugar notar que nos termos do disposto no artigo 12.º alínea c) dos Estatutos da FPC é dever de todos os sócios cumprir os Regulamentos emanados por esta federação. Os atletas são sócios da FPC e, por consequência, estão obrigados àquele dever. Sucede que, para cumprir os Regulamentos, há que os conhecer, pelo que é forçoso concluir que os sócios da FPC estão obrigados a apreender aqueles instrumentos normativos. Por outro lado, não é concebível que alguém queira voluntariamente fazer parte de uma competição desportiva, organizada por uma federação, sem que deva inteirar-se de todas as normas que a envolvem. Não só porque isso é fundamental para a sua integração na organização, como porque pode vir a ser punido na sua esfera pessoal pela aplicação dessas normas.

O elemento subjetivo da norma prende-se, em resumo, com a existência, ou não, da culpa, enquanto pressuposto e limite da sanção que há de aplicar-se ao arguido (artigo 12.º do Regulamento Antidopagem da UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo e artigos 13.º e 40.º, n.º2, do Código Penal). A culpa pode surgir de uma de duas formas: dolo (conhecimento e vontade de realização do facto ilícito típico, ou seja, composto por um momento intelectual e um momento volitivo), ou negligência (violação de um dever a que se está obrigado e que se é capaz de cumprir).

Assim, para indagar da existência de culpa no caso em apreço, importa em primeiro lugar indagar se o arguido sabia, ou não, da presença da substância *Clenbuterol* no seu organismo.

A este respeito, o que sabemos é que o arguido acusou positivo para a substância *Clenbuterol* no seu organismo sem, contudo, saber sequer explicar como é que a mesma lá foi parar, pelo que naturalmente também não se apresentou em condições de prestar quaisquer outros esclarecimentos quanto às circunstâncias em que essa toma da substância (ou de um medicamento que a contivesse) ocorreu. Na verdade, o arguido apenas soube explicar que sofre de asma, e que toma dois medicamentos que, contudo, não contêm a substância *Clenbuterol*, pelo que daqui não se extrai

qualquer conclusão útil. Para além disso, o arguido também não apresentou qualquer elemento probatório no presente processo que lograsse colocar fundadamente em causa o resultado da análise à sua urina, pelo que o mesmo permaneceu intacto no presente processo (facto provado 5.).

Posto isto, e porque ao mesmo tempo não temos qualquer elemento no processo que nos permita concluir o contrário, impõe-nos o princípio constitucional do *in dubio pro reo* que concluamos, em favor do arguido, que este não sabia.

Posto isto, caberá agora determinar se tal ignorância lhe é, ou não, censurável.

Tendo em conta que o cumprimento do dever de diligência a que se encontra sujeito implica conhecimentos de base técnico-científica, de que os atletas não dispõem, os mesmos, sempre que decidem tomar produtos contendo substâncias químicas, deverão assegurar-se da licitude da sua conduta utilizando, para o efeito, duas diligências cumulativas: *i.* Verificando, os próprios, a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos, confrontando-a com as substâncias constantes dos rótulos ou folhetos dos produtos que tomam; e, *ii.* Procurando aconselhamento especializado antes de iniciar a toma, nomeadamente, através da consulta do médico da equipa ou, não o tendo, contactando a Linha Azul da ADoP (cujo número de telefone, fax e endereço electrónico constam do site deste organismo na internet). Tal comportamento previne de forma muito mais eficaz a ocorrência de situações de dopagem, que as mais das vezes ocorrem por pura incúria dos praticantes desportivos, de que é exemplo o caso dos autos.

De facto, tudo o que acima se disse serve igualmente para concluir que a presença da substância *Clenbuterol* no organismo do arguido, apenas poderá ter procedido da circunstância de o arguido não ter agido com toda a diligência a que obriga o artigo 5.º da Lei Antidopagem no Desporto, que ao estipular o dever dos atletas se assegurarem de que não introduzem no seu organismo qualquer substância proibida de uma forma tão genérica e geral, sem balizas nem limites, acaba por criar um imperativo de diligência mais exigente do que o habitual critério do homem médio (*bonus pater familiae*), usualmente adotado como referência no ordenamento jurídico português.

Assim, cumpre concluir que, no caso concreto, era possível e exigível ao arguido que se tivesse apercebido de que, de alguma forma, administrou ou foi-lhe administrado



algum produto contendo uma substância proibida e, portanto, que se encontrava numa situação ilícita. Daqui resulta que, mesmo aceitando-se que este desconhecia essa ilicitude, é forçoso concluir que tal desconhecimento lhe é imputável (por não ter cumprido o dever de diligência que sobre ela impedia) e, como tal, não exclui a culpa nem a ilicitude do ato.

Posto isto, estando a cargo do arguido um dever de cuidado (aqui, inclusivamente, acrescido) – no sentido de evitar incorrer na violação das normas da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação dada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto –, dever esse que o mesmo incumpriu, e estando ao seu alcance evitar esse incumprimento, conclui-se que o seu comportamento reconduz-se, tanto no tipo de ilícito, como no tipo de culpa, pelo menos, a um caso de negligência consciente, nos termos do disposto pelo art.º 15.º, alínea a), do Código Penal.

Este facto, contudo, atenuando o grau de ilicitude do facto, pois revela uma falta de intenção na prática de um ato contrário às normas disciplinares, é censurável em sede de culpa, não podendo a mesma ser, aqui, excluída, uma vez que todo e qualquer praticante desportivo fica adstrito aos deveres que lhes são impostos pelo artigo 5.º da Lei n.º 38/2012, de 28.º de Agosto, na redação dada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto, e que o incumprimento desse dever lhe é censurável.

Em face da argumentação *supra* exposta, concluimos pela total verificação dos elementos objetivos e subjetivos da norma, sendo por isso legítimo concluir que, com a toma, o arguido praticou a infração prevista no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei Antidopagem no Desporto e no artigo 8.º, n.º1, al. a) do Regulamento Antidopagem da UVP- Federação Portuguesa de Ciclismo e, por isso, deve ser condenado.

Ora, havendo infração, nos termos do disposto no artigo 61.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, o "(...) *praticante desportivo é punido, tratando -se de primeira infração:*

- a) *Com pena de suspensão por um período de 4 anos, se a conduta for praticada a título doloso;*
- b) *Com pena de suspensão por um período de 2 anos, se a conduta for praticada a título de negligência."*

Não sobejando dúvidas de que o arguido atuou, pelo menos, com negligência, a sua conduta será, pois, enquadrável no disposto na alínea b) do *supra* citado artigo 61.º.

Por fim, importa ainda deixar menção que que não se vislumbram existir, nem o arguido as alegou, circunstâncias que diminuam significativamente a culpa (conforme o disposto no artigo 67.º n.º3 da Lei Antidopagem no Desporto).

### **III. DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA**

A determinação da medida da pena deve ser feita em função dos critérios gerais previstos no artigo 14.º n.º 2 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, e no artigo 71.º do Código Penal, nomeadamente, a culpa do arguido e as exigências de prevenção, sendo certo que, na consideração das exigências de prevenção procura-se satisfazer a necessidade comunitária de punir a conduta e, conseqüentemente, realizar eficazmente as finalidades da pena, e, à consideração da culpa, preside a exigência do respeito pela dignidade da pessoa do arguido, e visa-se limitar as exigências de prevenção.

Relacionando estes dois conceitos, tem-se que as exigências de prevenção hão-de dar uma moldura dentro da qual a pena se afigura justa, e a consideração da culpa vai impor, no caso concreto, o limite inultrapassável da pena.

Para aferir tanto das exigências de prevenção, como da culpa, há que ter em consideração, então, os fatores de medida da pena, que dizem respeito à execução do facto, à personalidade do agente, e à conduta do agente anterior e posterior ao facto, o que faremos de seguida.

Estes fatores devem ser tidos em conta conjuntamente com eventuais circunstâncias atenuantes e/ ou agravantes, nos termos do artigo 22.º do Regulamento Antidopagem da UVP-Federação Portuguesa de Cicismo.

A luta contra a dopagem está intimamente relacionada com a preservação de valores que constituem a coluna vertebral do desporto – qualquer que seja a modalidade – como sejam a igualdade de condições entre as várias partes em competição, e a ética

desportiva, que se manifesta no *fair play*, lealdade e honestidade para com os restantes agentes desportivos e, ainda, para com os adeptos cuja felicidade e entusiasmo são, afinal, uma importante peça no desporto enquanto fenómeno.

Neste contexto, os atletas estão sujeitos a um elevado grau de exigência em matéria de dopagem, porquanto se está perante um assunto que ameaça tudo aquilo que, segundo se crê, o desporto representa.

Ora, a circunstância de um atleta conter uma substância no seu organismo sem saber explicar a causa é completamente avessa a essa exigência, sendo inclusive uma conduta que se entende com alguma gravidade, a qual não deve ser desconsiderada em sede de processo disciplinar.

Assim, temos que as exigências de prevenção geral se afiguram, *in casu*, consideráveis.

E, concluímos, ainda, que o arguido agiu com negligência que, por não termos elementos que permitam concluir de outra forma, qualificamos como inconsciente e, no que tange à sua intensidade, elevada.

Já relativamente ao inquérito, o arguido adotou uma postura colaborativa, porém desleixada, reiterando a conclusão da instrutora de que, de facto, não está, contrariamente àquele que é o seu dever, a par dos seus deveres, nem suficientemente sensibilizado para os mesmos, uma vez que foi confrontado com o facto de as suas declarações não explicarem o resultado obtido no controlo antidopagem e, ainda assim, não acrescentou qualquer informação útil ao processo, nem uma eventual causa provável do resultado e, interpelado para declarar o que entendesse, também não manifestou arrependimento ou qualquer intenção de adotar uma postura mais rigorosa de ora em diante.

Contudo, importa notar que o arguido se trata de ciclista amador, não auferindo qualquer rendimento com a modalidade, praticando-a apenas pelo gosto que tem pelo ciclismo.

Todas estas circunstâncias devem ser tidas em conta para a determinação das exigências de prevenção especial, as quais devem ser



consideradas medianas, uma vez que do decorrer do processo não resultou muito claro se este processo iria ter algum efeito repressor de futuras violações ou não, porém, como o arguido nunca praticou uma infração, cremos que tal poderá, efetivamente, suceder.

Finalmente, quanto às condições sócio-económicas do arguido, as quais devem ser ponderadas para efeitos de fixação de pena de multa, importa atender que o arguido, como informou nos presentes autos, auferir um salário mensal de €600, e que tem dois filhos menores a seu cargo, tendo despesas com o infantário, bem como restantes despesas habituais de alimentação, vestiário, saúde, e despesas de casa (renda, água, luz, gás), e despesas de deslocação para o trabalho em veículo próprio (que se encontra a pagar em prestações), motivo pelo qual se entende que a mesma deve ser fixada pelo mínimo.

#### IV. PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando tudo quanto acima se expôs, por se julgar suficiente tanto em termos preventivos como punitivos, estando em causa a toma de uma substância proibida específica, propomos ao Conselho de Disciplina a aplicação ao ciclista xxxxxxxxxxxxxxxx das seguintes sanções:

- i. **Pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de 2 anos** – aplicada ao abrigo do disposto no artigo 61.º, n.º1, al. b) da Lei n.º38/2012, de 28 de agosto - **ao qual deve ser deduzido o período de suspensão preventiva a que o arguido se encontra sujeito desde 18/09/2018**, nos termos do disposto pelo artigo 37.º, n.º2, da Lei n.º38/2012, de 28 de agosto, e 31.º, n.º2 e 54.º, n.º8, do Regulamento da UVP-Federação Portuguesa de Ciclismo;
- ii. **Anulação do resultado obtido na prova em que acusou positivo** – **xxxxxxxxxxxxxx** –, aplicada ao abrigo do disposto no artigo 74.º n.º1 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto;
- iii. **Invalidação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado a partir do dia xxxxxxxx** (data da prática da infração); e,
- iv. **Pena de multa, pelo mínimo, isto é €500 (quinhentos euros)** – aplicada ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Regulamento Antidopagem UVP-

44  
27

FPC.

Lisboa, 7 de janeiro de 2018.

A Instrutora,

Isa De Almeida Filipe  
(ISA DE ALMEIDA FILIPE)



Processo n.º10/18\_UVP-FPC

## **ACÓRDÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC**

### **A. Identificação e Instrução**

Por determinação da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) o Conselho de Disciplina da União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 18/09/2018, contra o ciclista seu filiado xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da licença n.º xxxxxxxxx tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela prática de uma infração disciplinar, prevista na alínea a) do n.º2 do art.º 3.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto (Lei Antidopagem no Desporto), consubstanciada na presença da substância proibida não específica «Clenbuterol» no líquido orgânico (urina) recolhido ao ciclista/arguido no controlo realizado no dia xxxx, na prova xxxxxxxxxxxxxxxxx.

A instrução do processo foi conduzida pelo Exma. Senhora Dr.ª Isa de Almeida Filipe que, após elaborar o relatório final (fls. 29 a 44), entregou os autos ao Presidente deste Conselho, para decisão.

Estão presentes todos os três membros efetivos do Conselho de Disciplina, tendo-se verificado que o arguido está sujeito ao poder disciplinar da UVP-FPC, e que nesta data não decorreram mais de 120 dias desde a comunicação da violação da norma antidopagem (n.º 3 do art.º 59.º da Lei n.º 38/2012), pelo que se encontram reunidos todos os pressupostos para validamente deliberar e decidir o processo disciplinar.

### **B. Fundamentação**

No termo da instrução foi elaborado relatório final, que se subscreve na totalidade – quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando o mesmo a fazer parte integrante e incindível da presente decisão.





### C. Decisão

Depois de analisado e discutido todo o processo, os membros deste Conselho decidem, por unanimidade, aplicar ao ciclista/filiado xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx as seguintes sanções cumulativas:

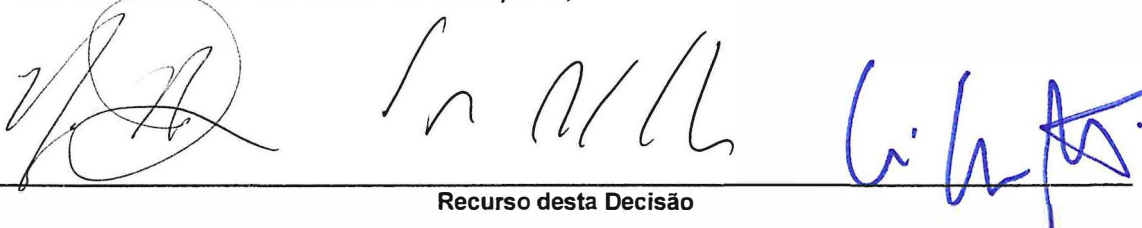
- i. Pena de dois anos de suspensão da atividade desportiva, por resultar provada a prática de uma infração ao disposto no art.º 3.º, n.º2, alínea a) da Lei Antidopagem no Desporto, punida no termos do artigo art.º 61º, n.º 1, alínea b) da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto e dos art.º 16.º, n.º1, e 17.º do Regulamento Antidopagem da UVP-FPC);
- ii. Anulação do resultado desportivo obtido na prova em que foi recolhida a amostra que veio a originar o resultado positivo – xxxxxxxxxxxxxxxx (art.º 74.º n.º1 da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto);
- iii. Invalidação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia xxxxxxxxxxxxxxxx(art.º 76.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto e art.º 26.º do Regulamento Antidopagem da UVP-FPC); e, iv. Sanção de multa fixada em €500,00 (art.º 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC).

Acresce notar que, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 69.º n.º2, o período de suspensão começa a contar-se desde a data em que o arguido foi suspenso preventivamente (isto é, desde o dia 18/09/2018). E, como tal, o arguido não poderá participar, em que qualidade for, em nenhuma competição ou evento desportivo, até ao dia 17/09/2020.

Notifique-se ao arguido, na pessoa do seu mandatário, juntando-se em anexo, como parte integrante da decisão, cópia do Relatório Final de Instrução. E notifique-se igualmente à ADoP.

Lisboa, 09 de Janeiro de 2019

P'los Membros do Conselho de Disciplina,



Recurso desta Decisão

As decisões do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Ciclismo relativas a matérias de dopagem são passíveis de recurso, nos termos da lei e dos regulamentos, para o Tribunal Arbitral do Desporto (em conformidade com o disposto no artigo 4.º, n.ºs 1 e 3, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto). O recurso para o Tribunal Arbitral do Desporto deve ser interposto no prazo de 10 dias, contados da notificação desta decisão (artigo 54.º, n.º 2, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto).